

Horário de verão acaba amanhã

• Os relógios devem ser atrasados em uma hora na virada de sábado para domingo

Depois de 119 dias em vigor, o horário brasileiro de verão chega ao fim à meia-noite de amanhã. Os relógios dos moradores das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do País devem ser atrasados em um hora na virada de sábado para domingo.

Segundo balanço parcial da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), a demanda por eletricidade no Estado durante o horário de pico, entre 18h e 22h, foi reduzida em 3,2% nos últimos quatro meses. O valor corresponde a 240 megawatts, potência suficiente para iluminar uma cidade de 700 mil habitantes no período do dia em que se gasta mais luz.

Na ponta do consumo, estima-se que houve economia de 91 mil megawatts por hora, energia suficiente para abastecer um município do tamanho de Juiz de Fora por um mês.

A redução é resultado de menor utilização da iluminação artificial, principalmente entre os consumidores residenciais e comerciais.

BRASIL

No País, segundo dados preliminares do Ministério de Minas e Energia (MME), foram economizados cerca de 2 mil megawatts de eletricidade nas regiões que adotaram o horário de verão desde que o sistema entrou em vigor, no dia 19 de outubro de 2008.

Segundo o MME, a queda na quantidade de energia gasta corresponde a economia de R\$ 4 bilhões. Na edição anterior da medida, entre 2007 e 2008, a redução registrada foi de 2,027 mil megawatts.

A energia poupada na Região Sudeste corresponde a cerca de 65% do consumo da cidade do Rio de Janeiro no período.

MP questiona contrato PJF/Queiroz Galvão

• Entre as explicações, Promotoria destaca capacidade do atual aterro e localização de nova área

O Ministério Público Estadual (MPE) quer explicações sobre o contrato firmado entre Prefeitura de Juiz de Fora e a empresa Vital Engenharia Ambiental S/A, subsidiária do Grupo Queiroz Galvão, para a instalação do novo aterro sanitário de Juiz de Fora na Fazenda Barbeiro, em Dias Tavares, zona rural da cidade.

Na tarde de ontem, o vereador José Sóter de Figuerôa (PMDB) entregou ao titular da Promotoria de Meio Ambiente e Urbanismo, Júlio César da Silva, toda a documentação que levantou sobre o acordo, apresentando indícios de irregularidades no processo licitatório e questionando a localização da Central de Tratamento de Resíduos (CTR). A redução da vida útil do atual "lixão", no Salvaterra, em 10 anos também deverá ser explicada.

Licença prévia para a construção da infraestrutura do depósito de lixo em Dias Tavares chegou a ser concedida ao município pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), mas um recurso impetrado

por Figuerôa impede a liberação da obra. As atividades só poderão começar após análise do projeto por parte do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema).

— O Demlurb não se opõe, de forma alguma, à avaliação da Comdema, mas acredita que o parecer da divisão não será muito diferente daquele dado pela Feam — afirmou o diretor-geral do Departamento de Limpeza Urbana (Demlurb), Aristóteles Faria, em reunião realizada ontem, no MPE.

CONTRATO

O contrato entre PJF e Vital, firmado após vitória do Grupo Queiroz Galvão em licitação realizada em 2006, prevê administração do Aterro Sanitário do Salvaterra até seu esgotamento, seguido pela instalação do novo centro de tratamento de resíduos na Fazenda Barbeiro e atuação no local por 25 anos, prorrogáveis por igual período. A previsão é de que o custo anual para o depósito de Dias Tavares fique em cerca de R\$ 9,4 milhões, R\$ 3 milhões a mais que o pago à empresa atualmente.

O projeto original do "lixão", do Salvaterra previa a utilização do espaço até 2019. No entanto, segundo o Demlurb, a licença para o funcionamento seguro do depósito,

fornecida pela Feam, é válida até abril de 2010.

— Não é possível que o aterro sanitário tenha tido sua vida útil reduzida pela metade — questionou o vereador Figuerôa, lembrando que a licença da Feam pode ser prorrogada, sucessivamente, a cada dois anos.

O gerente da Vital Engenharia Ambiental S/A, Fábio Almeida Pereira, alegou estar cumprindo edital aprovado pela Câmara Municipal. Ele afirmou que a vida útil do atual depósito caiu frente ao não cumprimento de medidas previstas no projeto inicial do espaço.

Comissão formada pela Promotoria, vereadores e organizações não governamentais (ONG) avaliará as condições em que a instalação do novo aterro foram acertadas, assim como o esgotamento do atual depósito e a localização do CTR. Para o promotor Júlio César da Silva, até agora "existem mais incertezas que conclusões" sobre o caso.

— Não sabemos efetivamente o que a Feam entende como seguro e recomendável. Estamos falando de um contrato de milhões, válido por até 50 anos, quando não sabemos se o antigo aterro chegou realmente a seu prazo de esgotamento — afirmou.

O grupo se reunirá para traçar metas que serão levadas à audiência pública na Câmara, programada para a segunda quinzena de março.

Flagra de entrega de produto irregular

APREENSÃO DE CARNE

Mais de 400kg de carne bovina ilegal foram apreendidos na manhã de ontem. A ação foi realizada por fiscais da Prefeitura e pela Polícia Militar. O produto estava sendo descarregado num açougue da Rua Batista de Oliveira, no Centro, quando foi apreendido.

De acordo com o fiscal Evalton Pires Esteves, a carne era proveniente de abatedouro clandestino, localizada na Zona Norte, próximo

a Valadares. A operação teve início às 4h da manhã, quando dois bois foram abatidos. Em parceria com a PM, os fiscais monitoraram a entrega e realizaram o flagrante.

O proprietário do açougue foi multado em R\$ 620 por comercializar o produto sem selo de inspeção. A Prefeitura vai verificar se o estabelecimento é reincidente, podendo suspender o alvará de funcionamento. A carne foi levada para o aterro sanitário do Bairro Salvaterra.



• Fiscais apreenderam mais de 400kg de carne